

**Compreendendo a educação inclusiva no ensino superior:
revisando publicações no período de 2015 a 2020**

*Understanding inclusive education in higher education:
reviewing publications from 2015 to 2020*

*Comprendiendo la educación inclusiva en la educación superior:
revisando publicaciones del período 2015 al 2020*

Cleuza Rezende Macêdo ¹
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Juliane Silva Vasconcelos²
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

Resumo: Esta pesquisa propõe-se a realizar uma investigação sobre os desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência no Ensino Superior, no que tange as barreiras para acesso, permanência e conclusão dos estudos e as ações das instituições visando o seu sucesso acadêmico. Foi desenvolvida uma revisão da literatura perpassando pela identificação de descritores, seleção das bases de dados, busca dos artigos, análise, síntese e discussão das informações. A pesquisa mostrou que a implementação dos preceitos legais da acessibilidade pedagógica e atitudinal se dão a partir do movimento de influência, mudanças nos valores, percepções e práticas pedagógicas. Por fim, é necessário ampliar esses princípios como forma de contribuir com o percurso formativo destes estudantes.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Inclusão. Ensino superior. Acessibilidade.

Abstract: This research aims to investigate the challenges faced by students with disabilities in higher education regarding barriers to access, persistence, and completion of studies, as well as institutional actions aimed at their academic success. A literature review was conducted, including the identification of descriptors, selection of databases, search for articles, analysis, synthesis, and discussion of information. The research showed that the implementation of legal principles of pedagogical and attitudinal accessibility arises from the movement of influence, changes in values, perceptions, and pedagogical practices. Finally, it is necessary to expand these principles in order to contribute to the formative journey of these students.

Keywords: Person with Disabilities. Inclusion. Higher education. Accessibility.

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo comprender sobre los desafíos que enfrentan los estudiantes con discapacidad en la Educación Superior, en lo que respecta a las barreras para el acceso, la permanencia y la conclusión de los estudios, así como las acciones de las instituciones destinadas a su éxito académico. Se realizó una revisión de la literatura que incluyó la identificación de descriptores, selección de bases de datos,

¹ Mestrado em Educação. Universidade Federal de Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: cleo.bio1@hotmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8393500946181090>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1413-3288>.

² Doutorado em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Campus Uberaba, Uberaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: juliane@iftm.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7715502170267633>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2802-486X>.

búsqueda de artículos, análisis, síntesis y discusión de información. La investigación mostró que la implementación de los preceptos legales de accesibilidad pedagógica y actitudinal se produce a partir del movimiento de influencia, cambios en los valores, percepciones y prácticas pedagógicas. Por último, es necesario ampliar estos principios como forma de contribuir al recorrido formativo de estos estudiantes.

Palabras clave: Persona con discapacidad. Inclusión. Educación superior. Accesibilidad.

Recebido em: 12 de março de 2023

Aceito em: 03 de maio de 2023

Introdução

A Educação, no geral, é vista como uma ferramenta importante em vista aos desdobramentos dos aspectos sociais, culturais e econômicos de um país e também, é responsável pela inclusão social de grupos considerados menos favorecidos, o que implica a necessidade de desenvolver políticas educacionais visando a reestruturação e inclusão pedagógica destes que são colocados à margem dessa estrutura (SAVIANI, 2018).

Nessa perspectiva, pensar em Educação Inclusiva (EI) significa buscar meios de incluir todas as pessoas ligadas no processo de ensino e aprendizagem, com o intuito de possibilitar uma formação libertadora, integral e comprometida com a transformação desse sujeito perante sua realidade. Consideramos ainda que a educação inclusiva se torna cada vez mais necessária em todos os níveis de ensino, inclusive, no Ensino Superior (ES), a partir do avanço social de inclusão desses sujeitos ao cenário cotidiano, visando sua plena cidadania, destacamos que professores e instituições de ensino precisam, cada vez mais, adaptar-se para acolher todos, sobretudo, aqueles com deficiência, seja ela física ou intelectual (SILVA NETO *et al*, 2018)³.

Tempos contemporâneos, desafiam-nos a pensar a inclusão de estudantes com deficiência no ES, especialmente, nas instituições que são sistematizadas em uma perspectiva universalista e hegemônica - no qual as universidades baseiam-se em uma formação mais técnica, desconsiderando ou minimizando os elementos subjetivos.

Evidenciamos que cabe à educação viabilizar um ensino de qualidade que venha romper com os velhos paradigmas do ensino padronizado que exclui aqueles que não se encontram

³ Considera-se ainda, amplamente importante discutir a inclusão na perspectiva do acesso ao Ensino Superior, tal qual enfatiza Buiatti e Nunes (2022) ao estudarem a “lei de Cotas” para pessoas com deficiência, enaltecendo o acompanhamento destes visando sua permanência e êxito, numa perspectiva inclusiva e de equidade educacional.

diante dos padrões de normalidade, tal como se apresenta as teorias educacionais não-críticas - tradicionais, nova e tecnicista (SAVIANI, 2018).

Convém ressaltar que pensar em educação a partir da pluralidade é pensar em formas outras de incluir aquele que é considerado diferente na relação do Eu com o Outro. Desse modo, Mantoan (2003) ressalta a inclusão é um exercício de convivência junto aqueles que não constituem a cotidianidade diária, por meio da integração.

Assim, a diversidade considerada nas instituições de ensino pode se tornar uma fonte no sentido de possibilitar reestruturações nesse sistema de ensino que respeite a pluralidade, as diferenças e especificidades de seus estudantes, de tal forma que promova a construção do conhecimento e a integração dos mesmos.

Desse modo, a EI dentro da perspectiva da inclusão consiste, numa concepção filosófica, buscando realçar os valores e os deveres da pessoa enquanto ser social. A inclusão é o processo pelo qual, a sociedade busca se adaptar para incluir Pessoas com Deficiência (PcD) no meio social em geral, levando-as a seguir o seu papel de cidadão, uma vez que, todos, sem exceção, são sujeitos de direitos, sendo todos iguais na condição de pessoas humanas (BRASIL, 1988; 2015). Diante disso, a discussão a respeito da EI, tornou-se foco de debates sociais nas últimas décadas do século passado e início deste.

Refletir sobre as questões da inclusão, levando em conta as especificidades dos estudantes, sobretudo, no nível superior de ensino parte de uma quebra de paradigmas na perspectiva sociocultural de uma lente ideológica, em contraste com a realidade contemporânea, buscando assim a garantia de direitos para todos, uma vez que podemos evidenciar que a práxis pedagógica ainda não favorecem as práticas inclusivas. As ações que emergem na perspectiva inclusiva, encontram muitas barreiras sociais que impedem o efetivo processo de inclusão nas instituições de ensino.

É nesse cenário de busca que move esta pesquisa, no intuito de compreender o que se tem construído no campo da ciência sobre a educação inclusiva no Ensino Superior. Todas as pessoas/sujeitos/indivíduos, com ou sem deficiência tem o direito de receber formação profissional com qualidade, motivo pelo qual essa pesquisa é socialmente e cientificamente relevante.

Como aporte teórico sobre o paradigma da inclusão no Brasil, fez-se o uso de Mantoan (2003); Mittler (2003); Reis (2006); Almeida *et al.* (2007) e Capellini e Fonseca (2017); já para a perspectiva legal do estudo, destacamos a Constituição Federal (BRASIL, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/96 (BRASIL, 1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) n. 13.146 (BRASIL, 2015). Neste contexto, discute-se: como está o campo de pesquisa na educação inclusiva no Ensino Superior pensando a diversidade?

Objetivo

Com o intuito de contribuir com as discussões acerca desta questão, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre realizar revisão da literatura do tipo estado da arte, numa perspectiva crítica sobre os desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência no Ensino Superior no Brasil, no período de 2015 a 2020, visando identificar as principais barreiras que impedem o acesso, a permanência e a conclusão de seus cursos, bem como as boas práticas e estratégias usadas pelas instituições para promover a inclusão e o sucesso acadêmico desses estudantes.

Metodologia

Trata-se de uma revisão teórico bibliográfica tipo “Estado da Arte” sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência no ES no Brasil, por meio de material científico indexado, publicado no período histórico de 2015 até 2020, em língua portuguesa. Foi excluído o material científico que apesar de abordar o tema, não estava relacionado ao objetivo deste estudo ou havia sido publicado fora do período definido.

Ao longo da pesquisa, optou-se pela pesquisa exploratória-descritiva, por possibilitar uma análise crítica e detalhada sobre o tema (GIL, 1987). Da mesma forma, empregou-se a abordagem qualitativa, por ser uma técnica de “[...] pesquisa não-estruturada, exploratória, baseada em pequenas amostras, que proporciona insights e compreensão do contexto do problema” (MALHOTRA, 2001, p. 155).

As revisões da literatura do tipo “Estado da Arte” deriva da abrangência desses estudos, buscando realizar investigações mais amplas, contemplando assim, artigos científicos, periódicos, teses, dissertações (ROMANOWSKI; ENS, 2006). E ainda, permitem fazer um balanço sobre uma temática em específico, observando abrangência e período de publicação. Acredita-se que a organização e sistematização alcançada nesse método contribuem para elaboração de sínteses teóricas e identificação de lacunas investigativas.

[...] podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (ROMANOWSKY; ENS, 2006, p. 39).

Assim, considerando que a revisão bibliográfica é a base que sustenta qualquer pesquisa científica, esta, segue uma abordagem de natureza qualitativa, uma vez que se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada. Neste contexto, Minayo (2004) aponta o trabalho no universo de significados, valores e atitudes, o que responde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Ainda, Fachim (2013) refere-se à pesquisa bibliográfica como sendo a mais importante no percurso da investigativo, no sentido da leitura, seleção, fichamento, organização e da compreensão da pesquisa.

As bases de dados utilizadas, nesta investigação, foram o Portal de Periódico da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A escolha por essas bases de dados gratuitas se dá pelo fato de aglutinarem um grande conjunto de periódicos, teses e dissertações, nacionais e internacionais, permitindo o alcance de uma produção de alto nível, reconhecidas pela comunidade acadêmica. Além disso, estas oferecem recursos ou ferramentas de busca que permitem o refinamento de descritores e aproximação do objetivo pretendido.

A construção dos dados ocorreu no período de fevereiro a agosto de 2020, sem qualquer empecilho. Foi feito um mapeamento de como está o campo de pesquisa na educação inclusiva no ES respeitando suas diferenças e singularidades enquanto sujeitos históricos e culturais, perpassando pelos atos jurídicos (leis) indicados nos documentos citados e sobre o paradigma da inclusão no Brasil, conforme o objetivo proposto, para que fosse realizada a discussão dos dados e elaboração das considerações finais.

A pesquisa foi delimitada pelos seguintes descritores: educação inclusiva, ensino superior e diversidade, com publicação no período histórico de cinco anos (2015-2020). A seleção foi por meio de títulos, palavras-chaves, resumos e termos conjugados e isolados. Na triagem inicial do conteúdo dos manuscritos foi realizada mediante leitura do resumo e posteriormente a separação daqueles que se relacionavam ao objetivo deste estudo, os quais foram lidos na íntegra e utilizados conforme a necessidade do contexto a ser explorado, incitando a reflexão e aprendizado.

Ao realizar a busca com o termo “educação inclusiva” foram encontradas 1357 publicações. Já a busca por “educação inclusiva AND ensino superior” foram encontradas 346 publicações. Por fim com os termos “educação inclusiva AND ensino superior AND diversidade” foram encontradas 127 publicações. Todas as publicações aqui destacadas foram revisadas por pares.

Fazendo um refinamento e relacionando com o tópico educação foram encontradas 27 publicações, dentre elas um que apresentava um estudo bibliométrico sobre a temática pesquisada. A pequena quantidade de periódicos selecionados demonstra que o campo de estudo no ensino superior ainda carece de publicações.

O critério de exclusão baseou-se na leitura dos resumos, filtrando os trabalhos que não atendiam ao objetivo da pesquisa. Desse total, foram selecionados onze trabalhos que trazem em seu título, resumo e/ou palavras-chaves o termo buscado, que foram organizados e apresentados no Quadro 1. Categorizando essas publicações, identificou-se três núcleos de análise: a formação docente, avaliação da aprendizagem, acesso e acessibilidade.

Quadro 1 - Estado da Arte da Educação Inclusiva no Ensino Superior (2015-2020).

ANO	AUTOR	TEMA PESQUISADO	NÚCLEO
2019	Oliveira.	Análise da produção científica com a temática inclusão no Ensino Superior.	Formação docente
2019	Teixeira Júnior; Souza.	Dificuldades dos professores de Química com finalidade de ensinar conceitos químicos para licenciandos com deficiências.	
2019	Junqueira.	Política de acesso das pessoas com deficiência no Ensino Superior.	
2019	Santana	Educação inclusiva na formação docente no Ensino Superior.	
2018	Bazon <i>et al.</i>	A formação e as práticas de docentes universitários, atuantes em cursos de licenciatura frente ao processo de inclusão e à aprendizagem de estudantes com deficiência.	
2017	Mello; Caetano; Miranda.	Os limites e as possibilidades no processo de ensino aprendizagem do estudante com deficiência visual no ensino superior.	
2017	Bohnert.	Potencialidades de uma ação formativa acerca do tema inclusão com docentes e servidores do Instituto de Química da Universidade de Brasília.	
2015	Carregosa.	Os desafios para a prática inclusiva no Ensino Superior.	
2015	Mendes.	A inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior.	
2017	Pipa.	Processo de avaliação da aprendizagem educacional, com ênfase na avaliação da aprendizagem no Ensino Superior.	Avaliação da aprendizagem
2019	Brasil.	Acessibilidade atitudinal e pedagógica no Ensino Superior.	Acesso e acessibilidade

Fonte: elaborado pelas Autoras (2020).

Em algumas dessas pesquisas é possível evidenciar questões que versam sobre a legislação, e, estabelece uma lacuna quanto à formação de professores acerca do processo inclusão da PcD no ES, ainda que o termo não estivesse propriamente escrito.

Resultados e Discussões

No contexto atual tem se debatido muito sobre a temática inclusiva, esses debates são gerados a partir dos desafios que a EI apresenta, mas, também no intuito de alertar que todas as instituições educacionais, em todos os seus níveis de ensino, tenham uma prática educacional inclusiva, que respeite a diversidade como intrínseca ao sujeito.

Nesse contexto, a pesquisa permitiu a localização de várias publicações científicas, que englobam Artigos, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, mas somente onze referências foram consideradas válidas para análise, por abordar questões direcionadas à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior associadas a esse contexto. Sendo cinco artigos científicos e seis dissertações.

Núcleo “formação docente”: desafios da formação à prática inclusiva

O aprender a ser professor extrapola o espaço de sala de aula. Para Mizukami (2000), o caráter ininterrupto desta formação, cujo processo de aprendizagem inicia antes da preparação formal, é pautado em diversas experiências e modos de conhecimento. A lacuna na formação docente é apontada por vários autores como uma das dificuldades mais significativas para a efetivação do processo de inclusão. Para maior aprofundamento seguem os dados mais relevantes abordados acerca da temática nos trabalhos selecionados.

O trabalho de Oliveira (2019) apresenta uma análise da produção científica, trazendo elementos que tange a temática da inclusão no Ensino Superior. Trata-se de uma revisão sistemática e/ou estudo bibliométrico, caracterizada como um estudo descritivo e qualitativo, no qual foram analisados 36 artigos selecionados, de um total de 975 publicações encontradas que correspondiam ao tema pesquisado.

O autor ressalta que o aperfeiçoamento profissional como a formação continuada, é elemento fundamental na capacitação de professores e demais servidores, para que ocorra de fato, a inclusão no meio universitário. As contribuições desta pesquisa apontam que o atual arcabouço normativo atende satisfatoriamente às demandas para inclusão, no entanto, é na sua operacionalização que se encontram as maiores dificuldades. Por fim, a existência de vários instrumentos de avaliação que verificam a existência dos mecanismos de inclusão no ES, mas, às vezes, eles apenas checam a sua presença e não verificam se estão atendendo satisfatoriamente a todas as necessidades dos estudantes com deficiência na prática.

Em seu artigo, Teixeira Júnior e Souza (2019) conduzem uma pesquisa no qual analisaram as concepções dos professores formadores de professores com deficiência no curso de Química. Mais do que um diagnóstico, os autores buscaram compreender como as concepções destes formadores de professores influenciam também as concepções dos futuros docentes de Química acerca da inclusão. Além disso, foram realizadas entrevistas com os formadores de uma instituição de Ensino Superior, a fim de levá-los a refletir sobre suas metodologias, necessidades de adaptação, assim como as possíveis dificuldades em lidar com a PcD.

A pesquisa forneceu-nos reflexões que ressaltam o despreparo por parte dos docentes acerca da inclusão, sobretudo, no ES, embora alguns tenham se mostrado receptivos às possibilidades da educação de estudantes com deficiência. Enfatizamos que, nenhum deles, sente-se preparado para atuar na diversidade e/ou enxergando para além das suas diferenças e singularidades e, percebendo de fato o estudante em sua totalidade.

Diante dessa perspectiva educacional, cabe aos profissionais da educação estarem preparados para lidar com a heterogeneidade entre os estudantes, principalmente quando se trata do Ensino Superior, que deve propor aos mesmos uma formação capaz de torná-los competentes e ativos na sociedade.

Em sua pesquisa Junqueira (2019) buscou, por meio da pesquisa bibliográfica, documental, empírica, compreender como se dá o processo de entrada das pessoas com deficiência na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) após a entrada em vigor da Lei n. 13.409/2016 (BRASIL, 2016), que altera a lei que instituiu as vagas reservadas no Ensino Superior federal para esse público.

A pesquisa abordou o ingresso destes estudantes na UFJF e, também, as dificuldades enfrentadas pela Comissão criada pela instituição para análise técnica dos laudos médicos entregues pelos candidatos, uma vez que os mesmos, precisam usar destes para comprovar sua deficiência. O autor ressalta a preocupação com a burocracia para o acesso e permanência destes estudantes na universidade bem como para com a formação de profissionais capacitados a atender esse público.

Nos estudos de Santana (2019) discutiu à luz da legislação, decretos, declarações e da própria Constituição, o processo de formação docente no Ensino Superior, para atuar na inclusão. Em suas análises é possível afirmar que há um déficit na formação continuada de professores para atuar na perspectiva inclusiva no Brasil. A oferta de cursos de pós-graduação, tanto lato sensu quanto stricto sensu, é importante para o fortalecimento dos programas de formação de professores nessa área, especialmente, para atender à demanda crescente por professores capacitados para trabalhar com pessoas com deficiência.

No entanto, é importante destacar que a formação de professores não deve se limitar apenas aos cursos de pós-graduação. A formação inicial dos professores também é fundamental e deve ser repensada para incluir a perspectiva inclusiva desde o início da formação. Além disso, é necessário investir em políticas públicas que garantam a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares, bem como em recursos e materiais didáticos adequados para atender às necessidades desses estudantes.

O autor destaca a importância da formação docente na perspectiva inclusiva e aponta para a falta de preparação adequada dos professores para lidar com a diversidade e as necessidades específicas dos estudantes com deficiência.

Já na pesquisa de Bazon *et al.* (2018) aponta indícios de que a formação de formadores também se destaca como uma área que requer atenção e investimento para garantir a disseminação de práticas inclusivas em todos os níveis de ensino. É importante ressaltar que a inclusão não é apenas uma questão de atender às demandas legais, mas sim uma necessidade ética e social de promover uma educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças.

Como observado no trabalho de Bazon *et al.* (2018), é importante destacar que a promoção da inclusão educacional de PcD requer a superação de um modelo educacional excludente, que historicamente tem reproduzido estereótipos e preconceitos em relação às pessoas com deficiência. Para que a Educação Inclusiva seja efetivada, é necessário que haja uma mudança no olhar sobre a deficiência, que passe a ser vista não como uma limitação, mas como uma diferença que precisa ser respeitada e valorizada.

Isso implica em uma transformação nas práticas pedagógicas, que devem ser adaptadas para atender às necessidades específicas de cada estudante, considerando suas características individuais e oferecendo apoio e suporte adequados para que possam desenvolver seu potencial e aprender de forma significativa.

A inclusão escolar é um direito garantido por lei, mas deve ser vista como um compromisso ético e social para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. A formação de formadores é crucial para que essa visão seja disseminada e construída em todos os níveis de ensino, desde a educação básica até o ensino superior. É importante que os professores em formação estejam preparados para lidar com as diferenças e diversidades encontradas em suas salas de aula, incluindo as questões de gênero, raça, orientação sexual, deficiências e ansiosos, entre outras, adotando uma postura inclusiva e valorizando a individualidade de cada estudante.

Além disso, é importante que as instituições de formação de professores e as escolas promovam não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a reflexão crítica, a prática colaborativa e a valorização da diversidade como um valor fundamental da educação.

A pesquisa de Mello; Caetano e Miranda (2017) consiste de um estudo de caso coligado à pesquisa ação conduzida por uma professora do curso de Licenciatura em Matemática e dois de seus alunos e futuros professores, no intuito de compreender e oportunizar a construção do saber matemático por um estudante com deficiência visual. Ao longo do processo de estudo, pesquisa e acompanhamento deste estudante, verificou-se que o mesmo se utilizava de seus canais sensoriais de aprendizagem, o sentido tato ativo, para reconhecer e ressignificar os novos conhecimentos.

Essa descoberta fez total sentido e possibilitou aos mesmos a compreensão de que essa verificação como uma possibilidade de confecção de materiais tácteis para a apropriação dos conteúdos matemáticos por esse e por estudantes videntes. Dessa forma e sob tal complexidade, Mantoan (2003), enfatiza que a inclusão nunca ocorrerá enquanto a sociedade se sentir no direito de escolher quais estudantes terão o direito a inclusão. É preciso perceber a inclusão com novos olhares, dirigirem as lentes a uma pedagogia dinâmica, prática, reflexiva, e, posicionar-se com firmeza diante dos conflitos de maneira consciente, buscando uma educação comprometida e com acessibilidade.

Na investigação de Bohnert (2017) o destaque foi para pesquisar as ações formativas, pautadas na reflexão, valorização da participação dos profissionais e considerando sempre a inclusão do estudante com igualdade de oportunidades, em todos os níveis de ensino e em especial na sua formação superior. Esta pesquisa resultou também em uma proposição de ação formativa em inclusão para docentes universitários no âmbito do Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), lócus do estudo.

A autora destaca que a formação de professores se trata de um tema de extrema relevância, seja ela inicial ou continuada. Porém, ela se limitou a refletir ações que podem contribuir para a formação dos professores. Trata-se de uma reflexão da formação e atuação daqueles profissionais já inseridos no ambiente de trabalho educativo.

Neste contexto, Nóvoa (1992), destaca que a formação não acontece por meio do acúmulo de cursos, conhecimentos, técnicas; a formação ocorre por meio do trabalho reflexivo acerca das práticas, além de uma permanente reconstrução da identidade pessoal do professor. Assim, a pesquisa de Bohnert (2017) ressalta a importância de se pensar a prática, a partir do saber que vem da experiência, e do ambiente de trabalho ser um espaço de aprendizagem, em que se produz saber por meio do compartilhamento de experiências entre os pares – ou seja, o professor assume ao mesmo tempo o papel de formador e formando.

Já Carregosa (2015) apresenta uma pesquisa de natureza empírica, enfatizando que o desafio em si não é a deficiência da pessoa, mas, por vezes, a mácula da estrutura, as barreiras das atitudes, da necessidade de mudança de pensamento e cultura. Tudo isto associado à formação deficitária e à falta do suporte institucional com relação a recursos desafia muito mais o profissional docente, especialmente, aquele comprometido com a formação dos seus estudantes.

A autora pontua que não apenas os aspectos didáticos e materiais dificultam o processo formativo no contexto de sala de aula; para o estudante o desafio pode se apresentar em como chegar a essa sala. Desta forma, é preciso ver como o docente percebe essas barreiras para o estudante e mesmo interferir na sua formação, uma vez que a estrutura física afeta o contexto e perpassa todo o processo educacional. A perspectiva pela qual se desenvolve a discussão é de universalidade e acessibilidade. De acordo com Carregosa (2015), no caso da UnB, foi possível ver o quanto se está distante de um pensamento e uma prática que tenha esse ideal.

Por fim, Mendes (2015) reafirma o papel da Educação Superior para a formação docente que irá atuar na educação do estudante com deficiência no ensino comum, dado que, o trabalho com esses estudantes exige conhecimentos teóricos e práticos para que haja consistência em sua execução e o desenvolvimento de valores, pois não existe implementação de ações educacionais inclusivas sem antes ressignificar seus conceitos, suas crenças, modos de ver o mundo, o homem e a educação.

A autora, ressalta o papel da formação docente para o atendimento da pessoa com deficiência no Ensino Comum e na Educação Superior deve ter o compromisso com o processo de emancipação humana, para isso necessita de referenciais teóricos que garantam consistência ao saber do professor.

Essas pesquisas apontam que existe, sim, a necessidade de que o docente seja capaz de refletir sobre sua prática e direcioná-la segundo a realidade que atua, voltada aos interesses e especificidades dos estudantes. Dessa forma, Freire (1996, p. 48) afirma que: “[...] é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Compreende-se que na prática docente, existem situações conflitantes, desafiantes, e que a aplicação de técnicas convencionais, simplesmente, não resolve problemas.

É preciso lançar mão de uma série de estratégias não planejadas, cheias de criatividade, para resolver problemas cotidianos. Alcançar a todos não significa apenas assegurar o acesso aos espaços acadêmicos, é preciso garantir uma educação que atenda a especificidades de cada estudante, de modo que não haja somente a presença, meramente física, nesses locais; mas também o desenvolvimento da aprendizagem acadêmica, sobretudo permanência e egresso exitoso dos cursos em formação.

Nesse contexto, vale destacar o trabalho de Evaristo, Asnis e Cardoso (2022), apontam reflexões sobre a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Ensino Superior, a partir das experiências relatadas em duas instituições, são importantes porque embora esteja previsto nos textos legais brasileiros, esse serviço não é amplamente divulgado e disponibilizado no âmbito acadêmico. Ainda existe o entendimento de que ao atingir esse nível de ensino, o aluno não precisará de assistência ou acessibilidade e poderá se adaptar ao contexto universitário.

Vale ressaltar que ainda há um longo caminho a percorrer para que os princípios e propostas da educação inclusiva sejam implementados em todos os níveis de ensino, principalmente no Ensino Superior. No entanto, ao conhecer experiências como as relatadas neste trabalho, reconhecemos que passos estão sendo dados para boas iniciativas e o desenvolvimento de ações interessantes e significativas em prol de uma educação de qualidade para todos.

Pensar o processo formativo é pensar em investimento em formação continuada que dariam condições para o desenvolvimento de metodologias adequadas a necessidade de cada estudante, diminuindo assim as diferenças e valorizando a pessoa por traz da deficiência. Esse por sua vez deve ser mediado pela formação (inicial e continuada) destes profissionais docentes, bem como a compreensão de que é preciso ousar criativamente na proposição de estratégias voltadas a necessidades específicas e individuais de cada estudante.

Não haverá uma ação inclusiva modelo que possa ser replicada de modo a atender a todo um grupo, no entanto, haverá sempre desdobramentos perceptivos de cada agente da educação, no sentido de construir um espaço de formação individual, coletivo e emancipatório.

Núcleo “avaliação da aprendizagem”: inclusão na transposição de perspectiva

Na dissertação de Pipa (2017), é possível salientar questões sobre avaliação da aprendizagem no Ensino Superior, cuja base epistemológica das práticas, em sua maioria, reforçam a tendência tradicional de avaliação, que visa apenas ressaltar as diferenças e dificuldades que os estudantes apresentam durante as aulas e que a maioria dos docentes não leva em consideração a subjetividade do sujeito durante o processo de avaliação da aprendizagem, não respeitando as individualidades e considerando apenas suas próprias opiniões.

Esse fato nos alerta para a padronização do ensino, o qual por vezes se espera dos estudantes um comportamento padrão haja vista que devemos ter a consciência que a aprendizagem não é linear, cada um tem o seu ritmo para aprender, não existem turmas homogêneas, a formação de futuros professores não pode ser pautada numa ótica fabril, em que todos devem sair com as mesmas características e os mesmos tipos de conhecimento.

Por fim, a autora conclui que as discussões que envolvem a temática abordada têm contribuído para que parte dos docentes incorporem novos conceitos e perspectivas sobre a avaliação, mas isso não reflete mudanças expressivas na realização das práticas avaliativas, tendo em vista que grande parte ainda reproduz formas de avaliação não-inclusivas e classificatórias.

O campo investigativo da pesquisa de Pipa (2017) contribui para a percepção de que o processo de inclusão precisa ser pensado como um novo modelo para o enfrentamento da diversidade, das diferenças e, a avaliação inclusiva deve ser entendida como uma possibilidade de avanço sem exceção, precisa ser um compromisso com a aprendizagem de todos e, para todos.

Compreende-se que avaliar é necessário. Na educação inclusiva, a avaliação é um fator decisivo. Os estudantes com deficiência, assim como os demais, precisam ser avaliados de forma individualizada, logo, a tendência deve ser pautada na perspectiva de avaliação formativa, numa concepção pedagógica crítica, não reprodutivista (SAVIANI, 2018). Em linhas gerais, a flexibilidade de modelos de avaliação é a chave para que pessoas com vivências diferentes possam demonstrar a construção individual do conhecimento.

Núcleo “acesso e acessibilidade”: físicas, culturais e práticas

Na pesquisa de Brasil (2019), resultado de pesquisa de mestrado, conduz um estudo de caso que discute a democratização da escolarização brasileira e dos direitos educacionais das PcD acerca das concepções de ensino e aprendizagem. A autora descreve os processos de ensino desenvolvidos por pedagogos em salas de aula com PcD, na perspectiva de analisar como tais processos afetam a construção da formação da identidade docente do pedagogo.

A análise das concepções revelou as nuances dos sentidos construídos sobre ensinar e aprender e sua interface com a reflexão sobre a prática pedagógica. A autora concluiu que as práticas pedagógicas voltadas aos estudantes com deficiência somam-se as diversas experiências, podendo, interferir na reflexão constante sobre suas práticas e na construção de suas identidades profissionais.

Levando-se em consideração os resultados apresentados por Brasil (2019), em conformidade com literatura contemporânea, percebe-se a necessidade de desenvolver, no âmbito universitário, programas de preparação para docentes e profissionais da educação para atuarem ante a diversidade, tanto em seus cursos de graduação quanto em programas de formação continuada visando a inclusão em todos os seus aspectos.

Esta pesquisa apresentou uma lacuna que esbarra na acessibilidade no ES, que ainda hoje, está muito abaixo do necessário. Entre as barreiras que se encontram no caminho para garantir um acesso mais democrático estão as dificuldades físicas, culturais e práticas, que impedem muitos estudantes de chegar ou permanecer nas instituições de ensino. Vale lembrar que as barreiras não terminam com a realização da matrícula. Muitos estudantes com deficiências acabam deixando seus estudos por conta de dificuldades de acessar as instituições e de permanecerem nas instituições de ensino (BRASIL, 2019).

Integrando criticamente os alcances destacados nas pesquisas

As produções apresentadas foram destacadas por relacionar-se ao objetivo desta investigação, ou seja, os desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência no Ensino Superior, descortina um campo investigativo por elucidar caminhos que favoreçam a superação por meio da formação docente; avaliação da aprendizagem e acessibilidade em sua perspectiva ampla.

Considerando que o estado da arte não se dá por meio de um trabalho empírico e, não faz intervenções em espaços e culturas educacionais, nem tampouco os observa para fazer descrição da realidade; possibilita-nos apresentar uma amplitude maior de uma temática sem fazer análises aprofundadas, desenvolvendo argumentos sobre ela como um método de menor valor em relação aos demais por não trazer resultados práticos.

Cabe a nós enquanto, pesquisadores, tornar notório a utilidade da pesquisa em educação e destacar sua importância na construção da memória educacional. Ao reunir dados sobre as produções na e para a educação, o estado da arte pode fornecer informações valiosas sobre as necessidades e desafios enfrentados pelo setor educacional.

Assim, em uma avaliação geral dos resultados, percebe-se a formação tanto inicial quanto continuada dos professores no campo da educação inclusiva como destaque em grande parte dos trabalhos, e que essa lacuna não está posta somente no Brasil. Citado na maioria dos trabalhos a formação continuada dos professores é imprescindível.

Outro ponto relevante, está ligado ao fato de a legislação atender satisfatoriamente às demandas da educação inclusiva, é na prática, na sua operacionalização que as dificuldades são encontradas. Destacamos também, a partir do levantamento dos trabalhos, o distanciamento entre os processos formativos e a realidade vivenciada pelos estudantes com deficiência em formação.

Vale ressaltar a defasagem de estudos que abordem a temática da inclusão nos cursos superiores, destacada nessa busca. No qual por mais que se ampliasse os termos, não foram encontrados dados que fizessem emergir esse assunto. Por meio da análise desse estudo, foi possível perceber discussões acerca da inclusão no Ensino Superior, além de reflexões sobre a formação docente, o acesso, acessibilidade e permanência do estudante com deficiência no campo acadêmico. A questão da certificação para o exercício profissional se coloca como central para a tomada de decisão com relação à elegibilidade do estudante nos cursos superiores.

No campo da formação, especificamente, em nível superior encontramos um ambiente ainda mais propício para incubação e desenvolvimento de uma avaliação meritocrática e classificatória. Essa preocupação é retratada por Adorno (1995), quando destaca que a competência técnica não garante a condição de reconhecer e trabalhar com as diferenças em direção à emancipação, e não podemos perder de vista que todo conhecimento deve servir às finalidades humanas.

A questão do preconceito é uma temática imprescindível de ser considerada ao abordar o tema da educação inclusiva. As políticas, informações e orientações não são suficientes para a mudança de atitude dos docentes e dos estudantes frente às minorias, seus alvos potenciais.

Considera-se que conforme os níveis de ensino se eleva, as discussões e as práticas educacionais voltadas a inclusão se tornam mais escassas, e, quando ocorrem, o assunto da volta-se para questões da inclusão social ou para ações afirmativas. O processo de construção de um espaço inclusivo na educação, qualquer que seja seu o nível, não se dá por meio de uma padronização; ao contrário, é necessário que a inclusão se faça a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças.

A participação de pessoas com deficiência em sala de aula pode ser uma contribuição para todos os alunos, ao promover a reflexão sobre as práticas educacionais a partir das questões suscitadas no cotidiano acadêmico, o que leva à flexibilização e à reinvenção das mesmas.

Logo, percebe-se que a formação docente, qualquer que seja o nível de ensino, é de fundamental importância à educação para as diferenças. São também essas referências que fizeram um balanço anterior sobre as temáticas e períodos de nossa pesquisa, e, portanto, não podem ser desconsideradas, mesmo que a maioria traga a formação docente como alvo, tornam-se extremamente relevantes para o nosso navegar.

Conclusões

A pesquisa realizada possibilitou-nos identificar autores que versão sobre a grande temática da inclusão no ES. Embora durante a pesquisa grande parte das produções tenham apresentado diversos temas direta e indiretamente correlatos ao tema presente estudo, muitos deles não foram capazes de elucidar o problema da pesquisa.

Mas apresentaram lacunas diretamente relacionadas ao tema abordado como as questões relacionadas a formação docente, tanto inicial quanto continuada; trouxe questões referentes a avaliação da aprendizagem destes estudantes nos cursos superiores; e, ainda, inúmeros problemas relacionados a acessibilidade, tanto para o acesso como para a permanência desses estudantes no âmbito acadêmico. É importante ressaltar, que a pequena quantidade de pesquisas na área demonstra tratar-se de um campo fértil para a pesquisa, uma vez que, esse território em questão carece de publicações.

Trazer questões tão pontuais como inclusão, e refletirmos de forma abrangente este tema que durante muito tempo, a sociedade negligenciou, considerou as pessoas com deficiência como incapacitados, perseguindo-os e excluindo-os. Para além disso, há uma necessidade urgente, de desconstrução, e aos poucos as pessoas com deficiência, por meio de muita luta por seus direitos e mobilização social estão conquistando o seu espaço social de direito por meio de leis reparatórias, e, apesar de todas as barreiras, estão conquistando um protagonismo social, colocando a pessoa com deficiência no centro da discussão.

Em todos os trabalhos, destaca-se que os direitos das pessoas com deficiência são assegurados pelas políticas públicas que normalizam o seu acesso e permanência aos diversos espaços sociais. No entanto, apesar dessa seguridade, percebe-se que o Estado, os governantes, falham com as PcD, uma vez que se institui leis reparatórias, mas não asseguram as condições financeiras para adaptar, modificar, construir condições, que se estendem da estrutura à cultura, visando acessibilidade e permanência desses estudantes em diferentes níveis e instituições de ensino.

As pessoas com deficiência, ainda hoje, apesar das leis que asseguram seus direitos e garantias, sofrem a invisibilidade por parte do Estado, e vivem em uma sociedade que não é concebida e nem pensada para eles, o que promove ainda mais a exclusão social, escolar-acadêmica. Assim, as políticas públicas educacionais brasileira trazem um ideal para o processo de inclusão bem abrangente, que se de fato fossem aplicadas em sua plenitude teríamos menos exclusão, evasão, e mais inclusão perpassando nos diferentes níveis de ensino.

Destaca-se a importância de que as ações inclusivas, ainda que, amparada por lei, precisa de alguns cuidados, dado que é na prática e/ou na sua operacionalização que os problemas são encontrados, como profissionais capacitados para atender às pessoas com deficiência, dando a elas condições de acesso aos estudos e permanência na instituição de ensino; avaliação de aprendizagem coerente às especificidades destes estudantes.

A grande área da inclusão, é um campo fértil que nos instiga maiores abordagens teóricas, pesquisas e publicações. Nesta perspectiva, este estudo é recomendado a todas as pessoas que acreditam na educação inclusiva, gestores, docentes, discentes, pais e sociedade - que acreditam que o processo de inclusão deva atender, acolher e respeitar a diversidade das PcD em todos os níveis.

Em vista dos argumentos apresentados, destacamos que o cuidado com o Outro precisa se dar de dentro para fora, por meio de práticas e/ou ações voltadas à diversidade, as especificidades, inclusão, equidade, pertencimento e afetividade. E, para que o primeiro passo seja dado, é preciso um olhar mais atento, direcionado ao Outro e analisar as ações realizadas no cotidiano acadêmico. Ressaltamos que, mudança de cultura não acontece de modo emergencial. É preciso ir além, desmistificar ideias, combater vieses inconscientes e inconsistentes, abraçar novos conhecimentos, novos conceitos e avançar junto ao nosso tempo histórico.

Conclui-se que ainda é necessário trilhar um longo caminho para que os princípios e propostas da educação inclusiva sejam efetivados em todos os níveis de ensino, especialmente, no Ensino Superior. No entanto, a implementação da educação inclusiva em todos os níveis de ensino é um processo contínuo e que demanda esforços constantes de toda a sociedade. Embora ainda haja muitos desafios para serem superados, é importante se inscrever como iniciativas positivas que já estão sendo desenvolvidas em prol da inclusão educacional.

No Ensino Superior, nesse tempo histórico, algumas universidades já estão adotando medidas para tornar o ambiente acadêmico mais inclusivo, como a oferta de políticas de acessibilidade, a criação de grupos de apoio a estudantes com deficiência e a promoção de ações afirmativas para garantir o acesso de grupos historicamente excluídos, como negros e indígenas.

Além disso, a disseminação de informações sobre a educação inclusiva e a sensibilização de profissionais da educação para essa temática são fundamentais para promover mudanças no sistema educacional como um todo. Portanto, ainda que o caminho seja longo, é importante destacar que já existem experiências positivas e iniciativas promissoras que podem servir como exemplos e incentivar a continuidade dos esforços em prol da construção de uma educação mais inclusiva e de qualidade para todos e todos.

Referências

- ADORNO, T. L. W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALMEIDA, D. B. *et al.* Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. *Educação*, Santa Maria, v. 32, n.2, 2007, p. 327-342, jul./dez., 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1171/117117241005.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.
- BAZON, F. V. M. *et al.* Formação de formadores e suas significações para a educação inclusiva. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 44, e176672, p. 1-19, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022018000100463&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 jul. 2020.
- BUIATTI, V. P.; NUNES, L. dos G. A. Cotas para pessoas com deficiência na Universidade Federal de Uberlândia (UFU): política de inclusão no ensino superior. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 325-345, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64911>. Acesso em: 7 maio. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n1a2022-64911>.
- BOHNERT, G. O. M. *Inclusão no ensino superior: uma proposta de ação*. Orientador: Gerson de Souza Mól. 2017. 103 f., Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24924>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- BRASIL, J. S. *Acessibilidade atitudinal e pedagógica no ensino superior: caminhos para inclusão dos estudantes com deficiência na universidade*. Orientadora: Francéli Brizolla. 2019. 214 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino) – Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, Bagé, 2019. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/4903>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.
- BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 15 fev. 2020.
- BRASIL. *Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016*. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em: 15 mar. 2019.
- BRASIL. *Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

CAPELLINI, V. L. M. F.; FONSECA, K. A. A escola inclusiva: seus pressupostos e movimentos. *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia da Educação*, Araraquara, v.19, n.1, p. 107-127, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10824>. Acesso em: 10 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10824>.

CARREGOSA, R. C. *Desafios para uma prática inclusiva na educação superior: um estudo de caso na Universidade de Brasília*. Orientadora: Maria Helena S. Bonilla. 2015. 258 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18672>. Acesso em: 23 jul. 2020.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

EVARISTO, F. L.; ASNIS, V. P.; CARDOSO, P. A. O atendimento educacional especializado no ensino superior: relatos de experiência. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, v. 11, n. 1, p. 346-361, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64913/33497>. Acesso em: 04 mai. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/repod-v11n1a2022-64913>.

FACHIN, O. *Fundamentos de Metodologia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.

JUNQUEIRA, A. L. R. *Política de acesso das pessoas com deficiência no ensino superior: estudo de caso da UFJF*. Orientadora: Kátiuscia Cristina Vargas Antunes. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2019. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/politica-de-acesso-das-pessoas-com-deficiencia-no-ensino-superior-estudo-de-caso-da-ufjf/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MELLO, F. A.; CAETANO, J. L. P.; MIRANDA, P. R. Ferramentas tácteis no ensino de Matemática para um estudante cego: uma experiência no IF Sudeste MG. *REMAT: Revista Eletrônica da Matemática*, Bento Gonçalves, RS, v. 3, n. 1, p. 11-25, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/REMAT/article/view/2209>. Acesso em: 30 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.35819/remat2017v3i1id2209>.

MENDES, H. S. F. *A inclusão da pessoa com deficiência na educação superior: um estudo sobre o acesso, permanência e aprendizagem*. Orientadora: Carmen Celia Barradas Correia Bastos. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3523>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MINAYO, M. C. S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MITTLER, P. *Educação inclusiva: contextos sociais* Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artimed, 2003.

MIZUKAMI, M. G N. Casos de ensino e aprendizagem profissional da docência. In: ABRAMOWICZ, A.; MELO, R. R. (org.) *Educação: pesquisa e práticas*. Campinas: Papirus, 2000. p. 13-30.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992. p. 13-33.

OLIVEIRA, J. Análise da produção científica com a temática inclusão no ensino superior: reflexões sobre artigos publicados no período de 2016 a novembro de 2018. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 32, p. e73/ 1-27, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/36198/html>. Acesso em: 30 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686x36198>.

PIPA, M. S. *Avaliação do processo de ensino-aprendizagem no ensino superior: práticas avaliativas no curso de Educação Física da UFRRJ*. Orientador: Fernando César Ferreira Corrêa. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2194>. Acesso em: 30 jul. 2020.

REIS, M. B. F. *Educação inclusiva: limites e perspectivas*. Goiânia: Descubra, 2006.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. *Diálogos Educacionais*, v. 6, n. 6, p. 37-50, set./dez., 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SANTANA, R. R. C. *A educação inclusiva na formação do docente de ensino superior*. Orientador: Vanderlei Balbino da Costa. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10042>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SILVA NETO, A. O. *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091>. Acesso em: 30 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686x24091>.

TEIXEIRA JÚNIOR, J. G.; SOUZA, N. C. Análise das concepções de formadores de professores de Química acerca da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. *Ensino Em Re-Vista*, Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 437-456, 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/49341>. Acesso em: 30 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/er-v26n2a2019-7>.